

ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TRABALHO
- TECNOLOGIA

UMA REFLEXÃO SOBRE LINGUAGEM COM PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS

Silvia Aparecida Medeiros Rodrigues (silviamedeiros1404@gmail.com)
Djane Antonucci Correa (djanecorrea@uol.com.br)

RESUMO – Este trabalho está relacionado à reedição do projeto de extensão intitulado “Abordagens pragmáticas sobre linguagem e ensino”, sob a coordenação da professora Dra. Djane Antonucci Correa. Trata-se de um projeto composto por 12 membros, que tem por propósito produzir artigos ou ensaios que retomem as reflexões teóricas e as experiências oriundas das propostas individuais e coletivas de intervenção junto à comunidade. Nesse sentido, este projeto individual tem como objetivo geral, durante o ano de 2014, propor reflexões sobre ensino de língua com professores alfabetizadores de uma escola da rede municipal de Ponta Grossa. A metodologia para a proposta de trabalho será de discussões semanais sobre textos que abordem questões referentes ao ensino da escrita nos anos iniciais. Na sequência e simultânea as discussões serão realizadas intervenções em sala de aula. As discussões com os professores estão pautadas a princípio pelos seguintes autores: Rajagopalan (2010) e Austin (1962). Por se tratar de um estudo em desenvolvimento, os resultados até o momento estão relacionados às reflexões teóricas e práticas do projeto maior. As leituras realizadas, as quais direcionam o nosso olhar para ampliar as possibilidades de intervenção junto à comunidade, no sentido de levar para a escola e trazer para a universidade questões pertinentes à melhor compreensão de o funcionamento da linguagem, a fim de articular o ensino, a pesquisa e a extensão, fortalecendo a formação do professor pesquisador, bem como, contribuir para a formação continuada de professores.

PALAVRAS-CHAVE – Linguagem. Professores. Pragmática.

Introdução

A linguagem é uma peça fundamental na discussão com professores, pois de acordo com Gnerre (2009, p.05), que destaca Boudieu (1977), “O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-lo num ato linguístico”. Parece uma questão simples, mas muitos discursos proferidos em diferentes contextos demonstram a autoridade daquele que fala e o poder que essa palavra tem em legitimar determinados discursos. Os questionamentos provocados por tal verificação levou à reflexão sobre a necessidade de o professor repensar continuamente sua prática, considerando a sala de aula como espaço de construções de linguagens.

Um espaço de discussões sobre, principalmente, o conceito de língua(gem), reporta-se para várias questões que envolvem a escola, pois aquilo que o professor fala no contexto educacional tem efeito sobre o discurso do discente. Dessa forma, “a pragmática reorientou os olhares na direção dos interlocutores. Trazida à luz, a complexidade dos interlocutores obriga a repensar o conceito de pessoa e de sujeito” (ARMENGAUD, 2006, P.122).

Por isso, a importância de se observar e discutir as práticas desenvolvidas por professores dos anos iniciais, no tocante ao trabalho com a escrita na sala de aula. Assim, entende-se que a escolha pelo estudo junto aos professores, que considere as identidades dos usuários da língua, a heterogeneidade e o próprio ensino, se justifica, por considerar a escola espaço de discussões e reflexões da diversidade linguística e também por acreditar que:

[...] de um lado, é preciso combater os estigmas, os preconceitos e a violência simbólica que se pratica com base no modo como se fala (e, em certa medida, como se escreve) a língua; e, de outro, é preciso desembaraçar os nós que têm inviabilizado a difusão social ampla das variedades cultas da língua. (FARACO, 2008, p.195).

A preocupação com o que se realiza na sala de aula sobre a escrita e a influência desses discursos na identidade do aluno, cuja história de vida é, muitas vezes, esquecida quando se está no interior da escola, direciona o papel do professor nesse contexto. O aluno é exposto a uma realidade diferente da que vive no cotidiano, sem uma percepção clara sobre isso, se aproxima das relações de poder que se encontram nas discussões em torno da linguagem.

Objetivos

Para a organização do trabalho o objetivo geral é propor momentos de discussões sobre língua(gem) com os professores dos anos iniciais de uma escola municipal, no sentido de pensar teoricamente a língua escrita e concomitante encaminhar reflexões sobre a prática pedagógica correspondente. Quando o professor pensa sobre o trabalho que realiza em sala de aula é capaz de proporcionar para os seus alunos atividades que os levem a pensar a própria escrita. Assim, durante o trabalho pretende-se, como objetivo específico, que os professores tragam para a discussão a produção dos seus alunos e reflitam sobre elas, para levá-los a pensar sobre práticas de escrita fora dos textos escolares, predominantemente como organização do pensamento.

Referencial teórico-metodológico

A escola é uma instituição que além de ser responsável pela formação intelectual dos indivíduos, determina essa formação. As crianças, desde muito cedo, estão sendo cada vez mais obrigadas a frequentar as diferentes instituições escolares. Tais instituições têm a responsabilidade de educá-las dentro dos padrões estabelecidos pelo Estado para esse fim. Entretanto, a escolha do que e como essa criança vai se apropriar desses conhecimentos é influenciado por uma cultura dominante, que mundialmente estabelece os rumos da educação.

De acordo com os estudos de Mattelart (2005, p.18) sobre diversidade cultural, ele diz que: “Tudo o que é afastado da matriz moderna ou ocidental [...] é hierarquizado, catalogado como inferior e anterior. A receita para “recuperar o atraso” é curvar-se ao modelo que já foi testado”. Assim acreditam muitos professores, se o modelo estabelecido não for utilizado na escola os alunos não conseguem aprender. Essa ideia mantém aceso o foco de que o “diferente” é o fora do padrão, portanto não pode ser considerado.

Nesse sentido, o que o professor aprendeu como conhecimento em um determinado tempo na academia ou na própria escola como “verdade” é por ele incorporado. E assim, os professores e os demais funcionários da escola estabelecem essas “verdades” ajudando a legitimar valores dominantes. Nessa direção, Austin (1962) apresenta a linguagem como um dos alicerces da legitimação de certas verdades na sociedade. Sendo assim, de acordo com os estudos realizados por Ottoni (1998, p.27) sobre a teoria Austiniana uma das maiores contribuições de Austin é que “não é possível pensar na linguagem humana de forma compartimentada, institucionalizada. Sua contribuição teórica justifica a sua própria quebra de barreiras”.

Assim, olhar para a linguagem, do ponto de vista performativo (AUSTIN, 1962), é uma forma de desvelar os modelos prontos que são introduzidos por discursos hegemônicos na realidade educacional como a única direção para o conhecimento.

Por isso, a importância de levar para a escola a presente discussão, pois segundo Rajagopalan (2010), a pragmática se vê inevitavelmente envolvida na política da linguagem e consequentemente na política linguística. Nessa direção, Rajagopalan aponta ainda que “muitos dos problemas que temos habitualmente identificado na linguagem são resultados de nosso modo de conceber a linguagem de ‘dentro para fora’”(RAJAGOPALAN, 2010, p. 41).

Seguindo essa recomendação, os discursos hegemônicos que circulam na escola no que se refere à escrita têm gerado um processo muito mais perverso do que se imagina, principalmente quando o assunto é opressor e oprimido ou produção de texto escolar. Assim confirma Britto (1997):

O que se constata desta análise é que a produção de textos com finalidades explicitamente didáticas conduz a uma confusão conceitual, a uma vivência empobrecida do fenômeno linguístico e a uma concepção equivocada de linguagem e conhecimento. Curiosamente, ao mesmo tempo, mantém o preconceito linguístico, valorizando, em sua retórica, uma forma de linguagem ideal que não corresponde sequer a que se manifesta nos próprios textos escolares. Enfim, as concepções de língua e de gramática predominantes nas produções didáticas conformam-se às necessidades de mercado e são marcadas pelo senso comum, pela banalização e pela confusão conceitual e teórica. São marcadamente normativistas e redutoras, já que não se coloca a questão do discurso, mas sim e apenas a norma. (BRITTO, 1997, p.276).

Nessa perspectiva, cabe citar o que Pinto (2012) chama de discurso hegemônico: “De uma maneira geral, os discursos hegemônicos são dinâmicos e relacionais, dependentes de uma conjunção de vetores de força que disputam os sentidos da vida comum na construção performativa de consensos e coerções” (PINTO, 2012, p.172).

De acordo com Pinto (2013, p. 128): “A escola, espaço tecnológico de reprodução e aplicação dos suportes metalinguísticos europeus, é aqui fundamental para a materialização da língua que se diz descrever”, pois quando o aluno não se adapta aos padrões estabelecidos, ele é considerado inapto para aprender. Ao ser assim considerado, ele é de alguma forma excluído do processo. Sendo assim, o aluno se adapta à suposta ideia de que não sabe falar e nem escrever mantendo o status da norma culta como a variedade padrão e única.

Ainda em Pinto (2013, p.129): “Os limites entre descritivismo e prescritivismo são obscuros quando os discursos hegemônicos entre a língua portuguesa ficam incólumes e as categorias sociais usadas para sustentar os alegados critérios de cientificidade não são submetidos à crítica”, o que caracteriza esse processo são as ideologias linguísticas, que interferem no domínio da linguagem.

Diante disso, a discussão com professores dos anos iniciais sobre a linguagem poderá ser uma importante alternativa para ampliar as discussões teóricas sobre pragmática, apontando problemas da realidade educacional que normalmente são deixados de lado pela concepção que temos hoje sobre língua.

Do ponto de vista metodológico, para a realização deste estudo com professores dos anos iniciais serão feitas reuniões semanais para as discussões que se pretende realizar. Durante os estudos, os professores poderão pensar também sobre a produção escrita de seus alunos, uma vez que somente quando o professor reflete sobre a escrita de seus alunos poderá propiciar práticas pedagógicas que vão ao encontro da realidade deles e, assim, contribuir para que se tornem capazes de atuarem nas práticas sociais como sujeitos.

Resultados

Por se tratar de um estudo em desenvolvimento, os resultados alcançados até o momento estão relacionados às reflexões teóricas e práticas relacionadas ao projeto maior, as quais direcionam o nosso olhar para ampliar as possibilidades de intervenção junto à comunidade, como já dito, no sentido de levar para a escola e trazer para a universidade questões pertinentes ao funcionamento da linguagem, ou seja, a situações reais de uso seja em espaços educacionais ou informais, a fim de articular o ensino, a pesquisa e a extensão, fortalecendo a formação do professor pesquisador e contribuindo para a formação continuada de professores.

E, nesse sentido, ao atender as considerações do Forproex (2006), no sentido de que, o papel da extensão universitária está diretamente relacionado ao processo educacional, cultural e científico que vincula, ao mesmo tempo, o ensino e a pesquisa, a extensão pode propiciar uma transformação a partir do diálogo entre a universidade e a sociedade e, nesse sentido, percebe-se que este projeto caminha nessa direção.

Considerações Finais

Quando um aluno se recusa as práticas escolares repetitivas e monótonas ao ter que se apropriar da escrita alfabética, ainda nos anos iniciais, ele é caracterizado como preguiçoso e desinteressado e ainda, como uma pessoa que possui deficiência intelectual ou déficit cognitivo. Esses discursos produzem efeitos e são esses efeitos que de fato temos que pensar, para tanto aponto o que diz Pinto (2012) ao afirmar que:

[...] parto dos estudos que defendem que discursos e práticas são performativos, ou seja, produzem efeitos que constroem o que alegam descrever em atos de fala ritualizados e iteráveis (AUSTIN, 1976; BUTLER, 1997; 1993; DERRIDA, 1990). Isto significa afirmar que, quando falamos sobre como as coisas no mundo são ou como os eventos aconteceram, o que fazemos não é simplesmente descrever coisas ou eventos, mas produzir efeitos que constroem o que alegamos descrever [...]. (PINTO, 2012, p. 172).

Enfim, quando os atos de fala não são pensados no interior da escola, os discursos hegemônicos se legitimam e produzem efeitos nos alunos e nos professores que os fazem concordarem ou discordarem de determinados discursos que são proferidos socialmente.

Referências

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. London: Oxford University Press, 1962.

FARACO, C. A. **Norma Culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FORPROEX. **Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e a Flexibilização Curricular**: Uma Visão da Extensão. Porto Alegre: UFRGS, Brasília: MEC/SESU. 2006.

OTTONI, Paulo. **John Langshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem**. *DELTA* [online]. São Paulo: vol.18, n.1, pp. 117-143. ISSN 0102-4450, 2002.

PINTO, Joana Plaza. **Modernidade e diferença colonial nos discursos hegemônicos sobre língua no Brasil**. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v.1, n.2, p. 171-180, 2012.

_____. Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português. IN: LOPES, Luis Paulo da Moita (org). **Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Nova pragmática**: fases e feições de um fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.